

JOANA A LOUCA

patologia geográfica, isto é a tentativa de correlação de certas doenças com certos ambientes naturais é um ramo respeitável das ciências médicas. Toda a gente ouviu falar da malária, a amiloidose portuguesa aparece em sítios certos, há mapas especiais que trazem marcadas, por esse mundo, as zonas de vício.

Para as doenças mentais também se tem pensado qualquer coisa: neurose e cidade industrial andam juntas na ideia de muita gente e, noutrô plano, pergunta-se às vezes se certos feiticeiros de tribos primitivas não seriam na nossa sociedade puros casos de psicopatologia — levando à pergunta seguinte e correspondente: os malucos de lá o que seriam aqui?

Os «clichés» deste género mesmo que não rigorosamente científicos acumulam-se e são coerentes — há canais próprios em cada sociedade que dão forma cultural ao desvario: em Inglaterra com as Public Shooks, o puritanismo, os gentlemen e as doces loiras são os grandes crimes amorosos em que por exemplo um respeitável brigadeiro correctíssimo até então, esfola e resfolga, e volta a ser no dia seguinte e até à próxima menina ou à eventual prisão um respeitável brigadeiro.

Nos Estados Unidos onde se lança misseis atómicos sobem e descem pachorrentamente dos solos todos os dias por exercício de cautelosa rotina e o Senador Goldwater tem ideias sobre a maneira de acabar com a guerra no Viet-Nam que não o impedem de ser nomeado em S. Francisco. Um cidadão mete-se por exemplo no Boeing de carreira com mais 100 cidadãos que nada têm a ver com a sua vida e leva na maleta uma bomba de relógio que faz ir tudo pelos ares no meio do percurso.

Quebrando laços com a sua pátria, os seus amigos, os seus irmãos, aparece-nos agora Joana Castro fazendo à imprensa livre declarações anti-castristas. Muita gente sensata tem tido razões de deixar Cuba para proteger a sua ideologia ou os seus interesses. Mas no caso desta, senhora os argumentos aduzidos e o tom dos mesmos são tão estranhos que se pergunta se em Cuba uma das formas de ser anti-social e portanto, uma das vias abertas a quem não tenha o juízo todo não será armar uma jangada e demandar Miami.



SERVIÇOS DE CENSURA
(SEDE)
CORTADO



LAMENTAÇÃO EM DOIS PONTOS

O casamento lisboeta da filha de Kubitschek deve-se ao sentimentalismo luso, mediante o qual o anesthesiado politico espera espalhar entre nós algum joio contra Lacerda. Ou seja: J. K. aguarda mais dum enlace na raia de Alfama do que da capacidade critica do nosso telespectador. Eis o primeiro ponto.

O segundo é também surpreendente: o «terceiro J» é actualmente, no Brasil, o homem da opposição; o avançado, o «perigoso». Diz um anezim esquimó: «quando falta o dente a gengiva também morde». Duvidemos da sua applicabilidade em politica.

N. B.

SERVIÇOS DE CENSURA
(SEDE)
CORTADO

Provas remetidas à Censura

em/30-7-64

Prova n.º 31

Saída em 28/7/64



TELECONFUSÃO

É patente que, embora ninguém saiba quem são, os redactores do Telejornal possuem um denominador doutrinário comum que faz daquele órgão informativo, um dos mais bem definidos do sistema de comunicação pública existente em Portugal.

Assistimos há semanas à transmissão de uma reportagem filmada do famoso caso do ácido clorídrico despejado na piscina de um motel situado numa das regiões mais furiosamente segregacionistas dos Estados Unidos. A sequência, espantosamente sugestiva, foi como é habitual, acompanhada de comentários falados, ditos num tom professoral e paternalista que se adequava perfeitamente, no entender do autor do texto, a um público desabituaado de assistir a situações de efervescentes conflitos étnicos. Coerentemente, o único juízo de valor emitido sobre o revoltante acontecimento foi, em voz apropriada a que só faltou um suspiro a conclusão displicente: «Enfim, um pandemónio!»

Ora, aquilo que para o Telejornal é e foi um «pandemónio» é para nós e para a maioria dos portugueses, uma situação de singela apreensibilidade e de uma invulgar clareza. Tratava-se, concretamente, de uma forma de luta pela conquista do elementar, do primário, a que apenas se opõem os ódios irracionais desferidos pelos titulares dos interesses enquistados numa sociedade desequilibrada. Aquilo que para o Telejornal foi um «pandemónio» é para nós e para a maioria dos portugueses um indício do desmoronamento da consagração institucional de uma secular forma de aviltamento colectivo deliberado, uma manifestação do esforço de milhões de pessoas pela ascensão a um grau mínimo de dignidade humana.

Perante as circunstâncias concretas da vida torna-se muitas vezes necessário hierarquizar aversões e animosidades. E dirigi-las, e explicá-las, também.

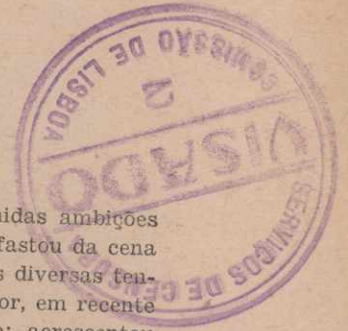
J. E. A.

IMPRESSÃO DE CENSURA
(SÉDE)
RECEBIDO



SERVIÇOS DE CENSURA
(S. D. P. E.)
CORTADO

~~Disse o Presidente Johnson sobre o facto do candidato Goldwater se recusar a condenar a John Birch Society: Condeno esse extremismo. Newsweek, 27 de Julho.~~



O 28 DE MAIO BRASILEIRO

Brasil, outrora terra de ninguém, é hoje palco de várias e definidas ambições políticas. A revolução de 31 de Março deste ano, se por um lado afastou da cena política toda a esquerda, por outro trouxe para a conquista do poder as diversas tendências conservadoras da nação. O Marechal Odílio Dinis, um conservador, em recente entrevista considerou-se o grande organizador da revolução de Março; acrescentou que iniciou a sua preparação com algum outros marechais, todos conservadores, logo após a demissão do Presidente Jânio Quadros. Sem dúvida que à frente da Revolução estão hoje outros generais e que alguns civis igualmente reivindicam a iniciativa da Revolução. Mas isto serve para nos situar mais atrás, na época e mque Jânio Quadros foi eleito ~~por um número nunca visto de sufrágios~~ para a chefia da nação.

Jânio apoiou-se na direita, o próprio Lacerda esteve do seu lado. As massas aderiram às promessas de austeridade e renovação, que o janismo se propunha executar. Mas uma vez no poder, a renovação económica prometida não se fez e a inflação agravou-se; em política externa, o dinamismo introduzido nas relações com os países do leste, a abertura em relação a Cuba e uma flagrante independência para com os Estados Unidos, inquietaram a direita, sem fortalecer a esquerda. Com a política interna num impasse, retirada a confiança dos conservadores, o Presidente Jânio estava condenado; alguém escreveu também que a sua demissão era a condenação sem apelo do sistema e instituições democráticas, em que o janismo tentou existir.

Na época, a renúncia de Jânio souu como inesperada. A primeira reacção partiu dos militares, que julgaram chegada a hora de tomar o poder; a resistência popular, apoiada em alguma parte do exército, evitou o golpe dos marechais, que, em troca da instauração do parlamentarismo, permitiram a investidura do trabalhista João Goulart. O primeiro passo contudo fora dado, e daí em diante os generais jamais cessaram a preparação do seu golpe. Goulart ainda o tentou evitar, promovendo e transferindo os chefes militares. Mas o seu governo trabalhava nas mesmas condições que derrotaram Quadros. Santiago Dantas ao princípio, e o prestigiado Carvalho Pinto depois, não evitaram o agravamento da inflação. As medidas que se propunham realizar para tal efeito eram demasiado impopulares para serem executadas no quadro dum regime democrático. As reformas tentadas embatiam na resistência parlamentar, erguida e trabalhada pelos conservadores, Jango, tal como Jânio, viu-se paralizado, enquanto o tempo corria e a conspiração dos marechais buscava novos apoios.

É verdade que a causa próxima do 31 de Março, a uela que afinal permitiu a unidade das diversas tendências conservadoras, foi o anti-comunismo. Goulart estabelecera relações com a U. R. S. S. e incentivara o comércio com os países comunistas para se libertar do perpétuo saldo negativo da balança de pagamentos; assistia a comícios, amnistiava marinheiros revoltosos e agitava perante a nação o espantinho das reformas sociais, que todos reconheciam como necessárias. A imprensa, na sua maioria conservadora, deu o tom para uma violenta campanha contra o comunismo e contra aquele que o permitia, o Presidente Goulart. Logo após a revolução, os seus organizadores apressaram-se a apresentar provas dum golpe castrista previsto para o 1.º de Maio seguinte, com a cumplicidade do governo. Todavia, estas acusações não resistem à trágica constatação da paralisia manifestada pela esquerda durante a revolução de 31 de Março. Era conhecido o seu carácter reaccionário, como também era sabida a maneira pela qual a cisão do movimento comunista internacional acentuara a dispersão da esquerda brasileira em numerosos grupos, sem qualquer coesão e força.

SERVIÇOS DE CENSURA
(S. E. C. E.)
AUTORIZADO
COM
PORTES

Provas remetidas à Censura

em/ 5-8 64

Prova n.º 80

Saída em 28/ 7/64



Ao princípio, eram quatro: Lacerda, Ademar de Barros, Magalhães Pinto e Castelo Branco. Como traço comum, o anti-comunismo, embora não consistisse unicamente nisto a revolução militar; pôr em execução o anti-comunismo foi, pois, o 1.º ponto do programa dos autores do golpe de 31 de Março. Para isso, o Congresso promulgou o Acto Institucional, que durante dois meses permitiu ao Presidente entretanto eleito (Castelo Branco) revogar mandatos legislativos e suspender os direitos cívicos dos cidadãos suspeitos de esquerdismo (como simpatia pela esquerda), ou acusados de corrupção.

A liquidação da esquerda foi sistematicamente prosseguida, e nem mesmo poupou Kubitschek de Oliveira. Ninguém punha em dúvida as convicções democráticas e consequente anti-comunismo do ex-Presidente; mas Kubitschek representava a sobrevivência dos partidos, dos sindicatos, enfim, da liberdade necessária a uma acção da esquerda. Constitua ainda uma grande força eleitoral, ~~e sem dúvida que venceria as eleições livres que se viessem a efectuar~~, o que significava a continuação do *statu quo*, contra o qual se haviam rebelado os militares.

A revolução, já que de revolução era designada pelos seus autores, não podia ficar por aqui. Daqui para diante, porém, nem todos se entendiam.

As eleições presidenciais estavam apenas a um ano, e, afastado Kubitschek, Lacerda tinha as suas possibilidades aumentadas. O senhor da situação era, contudo, o general Castelo Branco, representante indiscutível do Exército, mais próximo porém, dos pontos de vista liberais de Magalhães Pinto do que do radicalismo de Lacerda. Ademar de Barros é, nesta situação, uma figura secundária, ocasional, talvez um peso a ser usado pelas diversas tendências em disputa.

O general Castelo Branco parece disposto a dar uma arrumação diferente à casa; para isso, vai liquidar o partidarismo, combater a inflação e promover algumas reformas. Quer dizer, o seu governo realiza o janismo sem Jânio, e promove as reformas com Goulart no exílio. Só assim, se afasta Lacerda da corrida eleitoral. A menos de um ano das eleições, executar um programa tão grandioso afigurou-se impossível; por isso, o Congresso após duas árduas votações (dada a compreensível resistência de Lacerda e dos seus partidários), decretou o adiamento das eleições, prolongando o mandato de Castelo Branco. Eliminado, pelo menos no momento, Lacerda, o Presidente tem todos os trunfos consigo; e para completa liquidação do governador da Guanabara, são-lhe suficientes agora realizar as reformas que ~~Goulart propôs~~ e combater a inflação. Um governo forte, autoritário, nada tem a recear da impopularidade dos seus decretos. Os ministros das Finanças, Gouveia de Bulhões, e do Plano, Roberto de Campos, suspenderam as subvenções oficiais às importações de certos produtos básicos, o que logo fez subir o preço da gasolina de 47 cruzeiros o litro, para 84. O preço do pão também subiu, isto é, em geral o custo de vida aumentou notoriamente. Mas isto, acrescentado à emissão de 700 bilhões de cruzeiros em títulos do Tesouro, pode permitir vencer a inflação. Decerto que, fazendo incidir sobre o consumidor o peso duma inflação sempre agravada, o governo corre riscos de descrédito popular. É aqui que começa então a funcionar a vantagem dos regimes autoritários.

Lacerda debate-se num impasse; resta-lhe esperar o insucesso do actual governo na execução do programa de recuperação económica, para que possa voltar ao primeiro plano da cena política brasileira. E, então, sem remissão.

R. C. N.

SERVIÇOS DE CENSURA

 (SEDE)

 AUTORIZADO

 COM

 PORTES



BOA VIAGEM, RAPAZES!

COM o calor que está, apetece viajar. E vai daí, quem pode — e quem não tem medo dos combóios — viaja. Uns, viajam por si — o que sai caro; outros viajam de combóio — o que é perigoso; outros viajam com a família — o que é barato, mas incómodo; outros (poucos, mas espertos) inscrevem-se no bem conhecido grupo excursionista acção académica, cujo lema é: um livro na mão direita, um bilhete na outra; inscreva-se agora, pague depois. Com efeito, os membros desta simpática colectividade de cultura e recreio (e outras coisas mais) são, todas as férias grandes, premiados com uma bela viagem. Que fazer para isso? Muito simples: basta ser sócio da dita agremiação e — sobretudo — comparecer às conferências por ele promovidas — é que quem não for lá tem falta e quem tiver faltas não vai na viagem — de castigo. Quem for bem comportado, vai.

E os bem comportados, foram; pelo menos é o que diz a imprensa portuguesa (e quem diz imprensa portuguesa diz *Diário de Notícias*, 4-8-1964, pág. 4, 4.ª coluna).

Os 83 excursionistas, como os bons excursionistas portugueses, lá foram, garrafão à esquerda, farnel à direita, coração ao alto, carteira recheada, olhos no futuro porque segundo disse o patrocinador da viagem «é da actual juventude universitária que sairão os dirigentes de amanhã».

Nós, que não vamos no mesmo barco que os excursionistas, não queremos deixar de, do fundo do coração lhes desejar

BOA VIAGEM, RAPAZES!

S. M.

SERVIÇOS DE CENSURA
(SEDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES

RETROSPECTIVA DO CINEMA IKE

Agora que Goldwater é o candidato republicano sem mais discussões, ainda se comenta pelo Mundo a forma como Eisenhower não se quis comprometer com nenhum dos candidatos a candidato. Os americanos fazem-no meio desatentamente, estilo «olha o raio do velho». É porém preferível atentar melhor no caso, para interpretar o reinado de Ike sobre o Ocidente e identificar quanto desse reinado ainda influi na história de hoje.

No romance *Beyond the River and into the Trees*, Hemingway escreveu um diálogo entre uma jovem e um quinquagenário, acerca da invasão da Normandia.

— Que tal o Eisenhower? — pergunta ela.

— Bem, é um desses generais *políticos*. Um hábil *político*.

Político, em americano e em itálico, quer dizer *um que se amanha*. O que, para a sabedoria popular, é sinónimo de estar de bem com Deus e com o Diabo. Eisenhower, no decurso da campanha que antecedeu a convenção do Partido Republicano, esteve quase a chamar diabo a Goldwater. *Mas não chamou*, e graças a essa abstenção conserva o ceptro de anelão que nunca profere asneiras porque se cala.

Uns dirão que Ike está senil, mas só terão razão completa se recuarem esse diagnóstico até que abarque a infância dele. Outros interrogar-se-ão sobre quais os motivos que levam quem já triunfou na vida a não exprimir o seu pensamento para não arriscar uma opinião impopular. A estes, explique-se que Eisenhower não exprimiu o seu pensamento porque nunca o teve, e que o seu triunfo na vida ocidental se deve precisamente a esse facto.

A sua habilidade em agradar a muitos rebocou-o pela vida fora até chegar a comandante supremo das forças aliadas e Presidente dos Estados Unidos, muito embora Montgomery e Stevenson fossem, respectivamente, os que por direito de qualificação deveriam ter ocupado esses lugares. Mas Eisenhower, como o quinquagenário de Hemingway esclarecia, era um *político*.

Chegado a Rei por ser hábil e não por ser sábio, o seu reinado foi um cortejo de erros e um armazém de personagens sinistras, como sucede em todos os reinados semelhantes. Recordemos, entre outros: 1) o grão-visir violento (Foster Dulles); 2) a eminência (Sherman Adams); 3) o Grande Inquisidor (Joseph McCarty); 4) o Delfim impotente (Nixon). Relembremos a passagem, sem transição nem honestidade, da agressividade que arriscou uma guerra nuclear por causa das Quemoy à *operação suave milagre* que foi o encontro de Camp David. O balanço da gerência saldou-se em Paris, quando o incidente U2 permitiu que todo o mundo visse a nudez do Rei.

O reinado de Eisenhower seria de molde a dar vontade de rir excepto pelo facto de ter, durante oito criminosos anos:

- 1—Entravado a evolução da humanidade, impondo-nos a recusa de qualquer caminho que não cheirasse a naftalina;
- 2—Permitido um acumular de mentiras e armas respectivamente aptas para a destruição das inteligências e das nações.

É por tudo isto que recomendamos ao leitor uma olhadela aos ziguezagues que o ex-Presidente acaba de traçar sobre o *playground* da política americana. Até à última evitou a afirmação inequívoca, a opinião clara. Quando, para o fim, foi solicitado por um cortejo de súplicas no sentido de evitar que o eleitorado republicano o cuidasse adepto de Goldwater, respondeu com evasivas: «Não pretendo atravessar-me no caminho de ninguém» (*I am not trying to stop anybody*); «Não me compete assumir atitudes ditatoriais» (*I should not be in a position of trying to dictate*); etc.

Recordamo-nos dum comentário de François Mauriac a um qualquer episódio Eisenhoweriano, escrito no *block-notes* que o escritor ao tempo publicava no *Express*: «Para nos tranquilizarmos, gostamos de pensar que certos estadistas de cujos actos depende a sorte do mundo não podem ser tão irresponsáveis como parecem, quando, na realidade, eles ainda são piores do que os imagina o nosso pessimismo.»

AGOSTINHO LOURENÇO ~~Faleceu~~

Na sua casa, Avenida Barbosa du Bocage, 18, r/c., dit.º, faleceu o Sr. capitão Agostinho Lourenço da Conceição Pereira, de 77 anos, natural de Lisboa, antigo director da Policia Internacional e de Defesa do Estado, que regressara na quarta-feira de França, após uma estada na estância de Uriage (Greble).

O Sr. capitão Agostinho Lourenço era um veterano da Policia Portuguesa com cerca de 30 anos de serviços à Policia de Segurança Pública, à Policia Internacional e finalmente à Policia Internacional e de Defesa do Estado.

Em 1945, com a criação da P. I. D. E., o capitão Agostinho Lourenço, com as funções de director-geral, passou a ter sob a sua responsabilidade a policia de fronteiras, de emigração e da segurança interior e exterior do Estado, com funções administrativas, de prevenção e repressão criminais, posteriormente ampliadas aos territórios ultramarinos.

O Sr. capitão Lourenço deu aos serviços que lhe foram confiados a orgânica de que careciam e justificara a sua reforma e fusão. Foram criados os postos de fronteiras terrestres, marítimas e aéreas, os departamentos técnicos dotados com o mais moderno aparelhamento, uma escola que foi até há pouco a única em Portugal, com laboratórios completos para complemento do ensino teórico.

Figura relevante da vida nacional dos últimos 30 anos, o capitão Agostinho Lourenço muito contribuiu para o ambiente de ordem pública dos últimos decénios em Portugal.



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES



SERVIÇOS DE CENSURA
(GAB.)
CORTADO

GEFFAU ARKP

TRÊS NOTAS PARA UM CORPO DE DELITO

N ASCI numa região tristonha, onde se polichinela pelos corredores. Ninguém fazia coisa que prestasse, mas o destino era ali enfrentado com fanfarras. Dizia-se frequentemente: «Ah, pois.» Assim se alijantava a ignorância.

Um dia, um desadaptado enervou-se. Estava toda a gente no Domingo, e o homem desatou a protestar.

— Não posso mais — explicou no fim dos gritos.

Perdoaram-lhe depois de ele se entorcar.

★

Às vezes, lá na parte do fundo do quintal, havia crises de fé. Falava-se — por exemplo — de quanto se ensinava ser grandioso, após o que vinha silêncio.

— Será só isto? — ouso um dia perguntar. Responderam agredindo-me com o hino nacional.

★

A senectude e o fim de nossos Mestres foram desagradáveis. Inquietantes, mesmo. Nada menos do que um acumular de engelhas pessimistas. Cada vez tinham mais medo do que viam cada vez pior.

Quando o último deles estava no minuto de morrer, fez um gesto de pedir ouvidos.

— A alma da pátria — murmurou.

— Como?

Sorria.

— A alma da pátria é um peru de cauda irrepreensível — deixou dito.

Sepultámo-lo aliviadamente, como aos outros. Faltava-nos apenas fazer tudo, sem herança que facilitasse.

(Tradução de NUNO DE BRAGANÇA)

SERVIÇOS DE CENSURA
(GAB.)
CORTADO

Efectivamente, é no próprio interferir do pensamento que as fórmulas, os enunciados, as categorias, exprimem essa referência à moveiça realidade humana, tanto à dos mentalidades como à dos acontecimentos. Os sistemas de pensamento mais ou menos explícitos, e aquilo a que se chama as «opiniões» teológicas de que observamos já a necessidade, a verdade e os limites actuam então expressamente. Se, no que diz respeito à moral dos bens terrenos — em que o Evangelho encontra não só uma aplicação material, mas ainda um dos seus mais claros testemunhos, desde a pobreza de S. Francisco até à fraternal preocupação com a intolerável miséria dos países subdesenvolvidos — esta ou aquela encíclica enuncia os princípios e a razão de ser da apropriação desses bens (diz-se vulgarmente: a propriedade) pode recorrer para tanto a diversíssimas teologias. A de São Tomás não vê na propriedade mais do que um «meio» de realizar, através de um mal menor, a distribuição dos bens terrenos destinados de princípio à totalidade do género humano. Este fim colectivo faz perigar e, sobretudo em determinados momentos, invalida uma concepção demasiado estática, demasiado capitalista do «direito natural» de cada um; desencadeia uma pressão evangélica que inquieta necessariamente as forças económicas da ordem estabelecida. Talvez por isso, outros teólogos vêm na propriedade, acima de tudo, o espaço vital da pessoa humana, relegam para segundo lugar os destinos colectivos e garantem antes do mais como essencial a propriedade e a família. Teologia bem mais reconfortante...

Do mesmo modo, os teólogos da vida social nas comunidades humanas encaram diferentemente a evolução das estruturas e a reforma das empresas; em relação às nacionalizações, uns serão favoráveis, outros guardarão reservas. Todos conhecem as subtis interpretações a que deram lugar as intervenções dos papas acerca da substituição do contrato de salário pelo contrato de sociedade; bem como as polémicas que foram suscitadas pelas teorias sobre o fundamento da co-gestão. Ainda recentemente se frizava as ambiguidades que estão ligadas ao uso da palavra corporação, inevitavelmente ligada a determinadas opções políticas; importa expurgá-lo, mesmo que para isso sejam necessárias subtis interpretações, que certamente não passavam pela cabeça de nenhum dos redactores dos textos oficiais de antes da guerra³.

Assim, é o agudo sentido da transcendência da Palavra de Deus que leva alguns a não utilizar sem escrúpulo nem explicação o termo consagrado de «doutrina social» da Igreja. A expressão sublinha com vantagem quanto o «ensinamento» da fé implica o ascendente do Evangelho em pensamento e acção sobre a vida económica e social; mas, se a tomarmos num sentido preciso, incluiria um conjunto organizado de decisões intelectuais que dependem não da fé mas da contingente evolução das sociedades e da condição humana que essa evolução determina. Sucede efectivamente que muitas pessoas abrigam sob esse vocábulo posições que são certamente livres mas que não são solidárias da fidelidade cristã. Abelardo encontraria nesse campo belos exemplos para o seu *Sic et non*. Em França, por exemplo, o «catolicismo social» (segundo a sua denominação específica) foi e continua a ser, na sua história polifórmica e movimentada, desde as ameaças de condenação até às aprovações públicas, um dos melhores órgãos de elaboração da «doutrina social» da Igreja; todos sabemos, no entanto, que nunca ele pretendeu apresentar como «doutrina» da Igreja as conclusões das *Semanas Sociais* e que é lícito que um teólogo ou um sociólogo elaborem uma «doutrina» em que as bases económicas do «social» e as forças políticas que o comandam sejam mais radicalmente tomadas em consideração.

A própria lei natural, a que muitas vezes se refere o doutor da fé, sobretudo para determinar o campo comum de qualquer homem na edificação da sociedade e portanto os pontos de encontro entre o cristão e o não-cristão só pode ser definida no seu conteúdo e nos seus imperativos segundo o decurso das civilizações e referida a teologias do homem assaz diversas. São Tomás de Aquino considerava-a o equivalente do que certos juristas chamam um direito natural de conteúdo progressivo. Pio XII enunciou-lhe várias vezes os elementos exigíveis e a exigir de uma forma que Leão XIII estaria longe de prever. Numa antropologia cristã orientada pela

SERVIÇOS DE CENSURA
(S.D.C.)
CORTADO

SERVIÇOS DE CENSURA
(S.D.C.)
CORTADO

super-valorização do pecado original, o teólogo augustiniano ou pascalinô terá evidente mente certezas sobre as autonomias suficientes e a promoção progressiva da solidariedade humana do que um discípulo de São Tomás. Quando, na sessão solene da O. N. U. em que foram proclamados os novos «Direitos do homem social» (São Francisco, 1948) Jacques Maritain, presidente da Sessão, representante da França e à época seu embaixador no Vaticano, sublinhou vigorosamente, como bom tomista, o valor dessas novas solidariedades terrenas que iam ser promulgadas, houve um certo confessionalismo que se alarmou com semelhante interpretação; e, mais recentemente, intervenções oficiosas renovaram a expressão dessa surpreendente suspeita.

* *

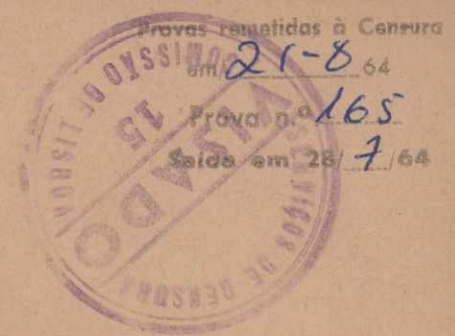
Não há qualquer razão para nos espantarmos com estas variantes, estas divergências, por vezes amargas, não há qualquer razão para recusarmos estes relativismos. Seríamos fracos de espírito se quiséssemos conduzir-nos, no pensamento ou na acção, apoiados em certezas totais ou em directrizes formais. O teólogo é aquele que ama introduzir nesses domínios, com as riquezas da sua sensibilidade, inteligência ou razão, consentimentos reflectidos e clarividências subtis. Quanto ao cristão, esse conhece instintivamente, no centro da mais plena obediência de fé, a liberdade que o espírito faz crescer na irreduzível e pessoal decisão concreta. É o sentido da absoluta docilidade à Palavra de Deus e à dos seus autênticos organismos que, em definitivo, invoca e confirma a descrição e os discernimentos de um *intellectus fidei*, realizado segundo as leis internas do espírito e no qual igualmente se encarna a luz de Deus.

Esse discernimento, essas qualificações baseiam-se e recebem a sua luz própria de dois grandes sectores sectoriais, conforme ao ensinamento da Igreja universal e expressamente professado, mesmo quando contingências polémicas lhes obscurecem o significado. Primeiro e antes de tudo, há que salientar que foi sempre reconhecida a firme distinção entre o conteúdo da Palavra de Deus, por um lado, e por outro os sistemas teológicos, cuja diversidade foi e é notória, não apenas nas disputas entre as escolas, tantas vezes tão vivas, como também nas mentalidades colectivas e até nas espiritualidades. É famoso no ocidente o conflito entre tomistas e molinistas conflito que, na verdade, punha e põe em causa, com a noção de liberdade e a concepção de um humanismo, a natureza da relação entre o homem e Deus. A Igreja recusou-se sempre a intervir definitivamente nesse debate, que contudo recai sobre o próprio exercício da economia cristã, como é vivido, para lá das disputas escolásticas, nas escolas de espiritualidade e nas opções apostólicas. O mesmo sucede nos nossos dias em que a Igreja também não opta dogmáticamente nas controvérsias que opõem o pessimismo augustiniano ao optimismo tomista no que diz respeito à autonomia do temporal. Igualmente, e mais ainda, tornou sua linha de conduta — apesar do seu ocidentalismo de facto — o manter a sua fé oficial aberta à teologia oriental, muito profundamente diferente do comum ensinamento dos ocidentais. O que não acontece, de forma alguma, por menosprezo ou em detrimento do trabalho dos «mestres em teologia», pois que, pelo contrário, associa os maiores de entre eles, na sua grave diversidade ao seu papel de pedagogia do mistério divino: um Santo Anselmo, um S. Tomás de Aquino, um São Boaventura, um São Francisco de Sales, um Belarmino. A teologia não é uma recolha de «opiniões», uma espécie de tribuna livre do crente, como o imagina um liberalismo bastante indigente em verdade e em liberdade; é um saber que possui força necessária para concluir em pensamento e em obras.

Segundo sector vectorial, cujo princípio e método são clássicos: os enunciados doutrinários são diferentes quer se trate de definições solenes ou do ensinamento comum, como são diferentes as decisões disciplinares. Distinção de grande alcance, seria gravemente minimizada se a interpretássemos apenas como um discernimento entre o pensamento, submetido em doutrina a verdades eternas e acção, obediente em comportamento na mobilidade das contingências históricas. A penetração deste discernimento

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES

/3



munho da liberdade no mais fiel assentimento ao Evangelho da Palavra de Deus,

M. D. CHENU

¹ Encontra-se a história documentada destes factos nas obras clássicas de Mandonnet e Van Steemberghen para a crise do século XIII, de Pastor para o tempo da reforma (mais recentemente ver o quadro traçado por Daniel—Rops na sua história da Igreja), e de J. Rivière para o modernismo.

² P. Ricoeur, *Histoire et Vérité*, Paris (Ed. du Seuil), 1955, págs. 160-161.

~~³ Ver número especial da *Chronique Sociale* (Leão), Dezembro de 1967.~~

13
14
15

¹ M. D. Chenu, *La Théologie est-elle une science?* Paris, Fayard, 1957, cap. 4.

² Acerca deste «cristianismo sociológico» na crise actual ver a excelente análise de R. Théry na *Chronique Sociale* (Leão), 1955, fasc. 3.

³ Utilizamos as expressões do Padre Renwart, S. J. numa análise de uma das mais delicadas decisões da Igreja — decisão «disciplinar» — e cujo conteúdo emotivo é grande: a que se refere à não validade das ordenações (e da Igreja) Anglicanas (Leão XIII, 1896), *Nouvelle Revue Théologique*, 1957, págs. 1052-1053.

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO COM CORTES